

## Avaliação da Pós-Graduação em Educação: entrevista com Ângelo Ricardo de Souza (UFPR/CAPES)

### Evaluation of Graduate Education: interview with Ângelo Ricardo de Souza (UFPR / CAPES)

Fábio Lopes Alves<sup>1</sup>  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
fabiobidu@hotmail.com

Claudia Barcelos de Moura Abreu<sup>2</sup>  
Universidade Federal de São Paulo  
claudia.abreu@unifesp.br

Adrian Alvarez Estrada<sup>3</sup>  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
adrianalvarez.estrada@gmail.com

Valdecir Soligo<sup>4</sup>  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
valdecir\_soligo@yahoo.com.br

**Resumo:** O prof. Ângelo Ricardo de Souza, Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos da Área de Educação junto à CAPES e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, faz um balanço, bem como apresenta os principais desafios que a Área da Educação precisará enfrentar

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Professor no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

<sup>4</sup> Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

nas próximas avaliações. Desse modo, o percurso acadêmico do entrevistado, questões sobre as mudanças paradigmáticas que estão ocorrendo na avaliação da Pós-Graduação no país, autoavaliação, internacionalização, Qualis/CAPES, fator de impacto, entre outros assuntos são discutidos ao longo do texto.

**Palavras-chave:** CAPES; Avaliação da Pós-Graduação; Qualis.

**Abstract:** The teacher Ângelo Ricardo de Souza, Deputy Coordinator of Academic Programs in the Education Area with CAPES and professor of the Graduate Program in Education at the Federal University of Paraná, takes stock, as well as presents the main challenges that the Education Area will need face in the next evaluations. Thus, the interviewee's academic path, questions about the paradigmatic changes that are occurring in the evaluation of graduate education in the country, self-assessment, internationalization, Qualis / CAPES, impact factor, among other issues are discussed throughout the text.

**Keywords:** CAPES; Graduate Education Evaluation; Qualis.

## Trajectoria acadêmica:

**Entrevistadores:** Atualmente, junto com o prof. Robert Verhine (UFBA) você ocupa o cargo de Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos da Área de Educação, junto à CAPES. É importante salientar, contudo, que o professor, antes disso, também ocupou outros relevantes espaços na agenda acadêmica nacional, tais como: Diretor de Pesquisa da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Editor de Revistas, Coordenador de Programa de Pós-Graduação, entre outros. Gostaríamos que você comentasse um pouco sobre seu percurso acadêmico.

**Ângelo Ricardo de Souza:** Fui trabalhar na Universidade depois de estar atuando por 10 anos na Educação básica como professor de Educação Física. Sou licenciado em Educação Física e fui Diretor de Escola no Ensino Fundamental da rede municipal de Curitiba por alguns anos. O que me levou à Universidade foi um concurso, justamente na área de planejamento e administração escolar – nome do departamento que atuo na universidade hoje – provocado, eu diria, pelo fato de ter tomado uma decisão, ainda na Educação Básica, de fazer Mestrado em Educação e não em Educação Física. Eu imaginava que, ao fazer a Pós-graduação *stricto sensu* em Educação, sairia um pouco do mundo da Educação Física. Fiz isso com aperto no coração. De alguma maneira com lamento, porque é uma área que eu tinha e mantenho muito apreço, mas sabia que naquele momento estava encantado com as questões da gestão escolar e com o trabalho como diretor de escola. Fiz o mestrado e o concurso na universidade. À época eram incomuns os concursos que exigiam formação de doutorado. O meu concurso pedia apenas graduação. Era um concurso para auxiliar de ensino, ainda que eu já estivesse fazendo o mestrado. Entrei na universidade no Departamento de Planejamento de Administração

Escolar, vinculado ao campo das disciplinas de políticas educacionais e gestão da Educação e da escola, porque essa também vinha sendo minha formação profissional, trajetória profissional e formação acadêmica. Concluí o mestrado já na universidade, estudando gestão escolar e, posteriormente, fui fazer o doutorado. No doutorado fiz um dos primeiros, se não o primeiro, perfil de gestão escolar no Brasil, um dos primeiros estudos quantitativos. Isso, somado a experiência pregressa na Educação básica aproximou-me ainda mais do campo da gestão, inclusive universitária. Eu gosto da gestão, gosto de estudá-la e gosto de fazê-la. Não por acaso, estou na Coordenação Adjunta da Área de Educação na CAPES. Na universidade, no entanto, passei praticamente por tudo, não fui Reitor, nunca vou ser eu acho, nem Pró-reitor. Mas fui coordenador do curso de graduação em Pedagogia, fui coordenador do centro de pesquisa da Faculdade de Educação, fui vice chefe e depois chefe de departamento, estive na coordenação do Programa da Pós-Graduação, fui editor de dois periódicos, fundador de um, coordenei inúmeros de cursos de especialização, pós graduação *lato sensu* também, fui presidente do fórum de coordenadores de graduação e, portanto, com isso tive assento nos conselhos superiores da universidade, no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade e no Conselho Universitário. Eu diria que acumulei um conjunto de experiência na trajetória acadêmica profissional na universidade que me permite, com alguma tranquilidade, dizer: que experimentei a universidade e que, de alguma maneira, contribuí com sua organização e funcionamento. Todavia não tenho aspirações políticas, nunca tive aspirações políticas internas à política universitária. Não que eu tenha aversão, pelo contrário, a política me encanta, mas porque eu gosto muito mais de estudá-la do que fazê-la. Fora da universidade, eu comecei a atuar, ainda que vinculado ao trabalho acadêmico, no GT 5 (Estado e Política Educacional), da ANPED. Eu ainda estava no doutorado, faz uns 15 anos, e fui me aproximando daquele mundo acadêmico. Era um mundo que eu já estava estudando. Uma vez concluído o doutorado, apresentei trabalho na ANPED, justamente nesse mesmo GT, de alguma maneira também porque tinha um certo ineditismo na produção. Acabei sendo convidado, algumas vezes, para fazer uma seção de conversa, seção temática especial na ANPED, vinculado ao GT. Dentro do GT eu acumulei outras funções. Fui avaliador *Ad Hoc* por vários momentos e fui membro do comitê científico. Desde que entrei na universidade, atuo na Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Na ANPAE estive, na direção estadual do Paraná, por duas gestões. Depois, quando o João Ferreira de Oliveira – que foi presidente da ANPAE, na gestão passada – assumiu a presidência, ele me convidou para assumir a direção de pesquisa, função na qual fiquei por 4 anos, tendo encerrado no ano passado. Nesse interregno eu assumi a Coordenação Adjunta da Área de Educação na CAPES e, por isso, também não poderia mais continuar na ANPAE. Quanto à coordenação de área, fui candidato, porque vinha acumulando algumas experiências de avaliação da Pós-Graduação. Estive em algumas comissões da Profa. Clarilza Prado de Souza, que foi Coordenadora da Área de Educação na última trienal, de 2010 a 2012. Estive, também, em várias comissões durante o período da gestão do Prof. Romualdo Portela de Oliveira, de 2013 a 2016, (período esse que você estuda)<sup>5</sup>, participando das comissões de avaliação quadrienal, tanto a de

---

<sup>5</sup> Referência à pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida por Fábio Lopes Alves, na Universidade Federal de São Paulo, intitulada, “A avaliação quadrienal da CAPES (2013-2016) e os desafios dos Programas de Pós-Graduação em Educação da

profissionais quanto a de acadêmicos, na comissão de avaliação de livros, de periódicos e estive na comissão do prêmio CAPES de TESE, umas quatro vezes. Isso me fez acreditar que poderia dispor o nome para assumir esse lugar, uma vez que teria substituição em 2018. Fui, relativamente bem votado, quer dizer, até mais do que relativamente, fui bastante votado. Mas para a escolha, o Conselho Superior da CAPES indica para a presidência três nomes, fiquei entre estes. O escolhido foi o meu querido amigo e colega, Robert Verhine, que é a pessoa, na minha opinião, mais experiente e conhecedora sobre avaliação da Educação Superior no Brasil. Fiquei muito feliz por ele ter sido o escolhido para Coordenador da Área de Educação. Ele me convidou para ser adjunto, fiquei muito honrado com o convite e não podia negar, especialmente porque conheço Robert Verhine há muitos anos. Ele foi da minha banca de mestrado, sempre foi uma referência para mim. Não tenho pretensões de fazer carreira nisso. Minha carreira é de professor. Eu dou aula, oriento alunos e faço pesquisa. É isso que eu gosto de fazer. Mas isso tudo foi somando nessa trajetória. Não deixo as minhas aulas nem meus orientandos, mas fui acumulando essas experiências ao longo desses 20 anos de universidade.

## **Balanco, desafios e perspectivas para a Pós-Graduação em Educação**

**Entrevistadores:** A partir da sua experiência como Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos da Área de Educação junto a CAPES, que balanço você faz a respeito do estágio atual da Pós-Graduação em Educação no Brasil?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Nós avançamos muito quantitativa e qualitativamente. A área hoje é composta por mais de 190 Programas de Pós-Graduação. No final da avaliação trienal, da Clarilza Prado de Souza (2010-2012), existiam, aproximadamente, 110 Programas, entre profissionais e acadêmicos. Eu não tenho o número preciso, mas cresceu muito nesses últimos 8 anos. Foi uma explosão. Claro que isso tudo foi induzido por um conjunto de políticas nacionais da Pós-Graduação para criação de Programas de formação e de ampliação da oferta da educação superior por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e outras políticas dessa natureza. Qualitativamente também acredito que avançamos muito. A área é bastante reconhecida, muito respeitada na CAPES e no cenário da Pesquisa Pós-Graduação no país, junto com todas as demais áreas das humanidades. Porém, bem menos respeitada do que merecia ser. Todavia, muito mais do que já foi. Eu tenho viajado muito, acompanhado muitos Programas Brasil adentro e observado como há inovação, criatividade e trabalho de qualidade, feito tanto por docentes quanto por discentes. Minha expectativa é de que, apesar dos sinais não serem favoráveis à pesquisa, a Pós-Graduação em Educação está dando e dará frutos exemplares, mesmo sendo produto do baixo ou do quase nenhum investimento de agora, dos governos

---

região Sul”, sob supervisão da Profa. Dra. Cláudia Barcelos de Moura Abreu e que conta com o apoio financeiro da Fundação Araucária – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

federal e estaduais. Mas, de qualquer maneira, acredito que temos contribuído para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país.

**Entrevistadores:** Ao se considerar o perfil atual da Pós-Graduação em Educação no Brasil, quais são os principais impasses, bem como os principais desafios que a Área da Educação precisará enfrentar nas próximas avaliações?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Eu acredito que não só na avaliação, pois temos um problema complexo na Pós-Graduação em geral, nas humanidades em especial, e na Educação particularmente. Não dialogamos com o exterior. Nosso diálogo com o estrangeiro é muito frágil e pequeno. Poderia ser maior. Temos condições de fazer mais e melhor, do ponto de vista das relações com o exterior. E precisamos fazê-lo por compromisso de difusão do conhecimento, de levar para o mundo o resultado de pesquisas e conhecer, do mundo, a produção da pesquisa em Educação que os pesquisadores dos outros países desenvolvem. Aí temos uma barreira, um desafio, essencialmente e fortemente vinculado a barreira linguística. Os alunos não dominam uma segunda língua, os professores tampouco. No máximo os docentes dominam, em linhas gerais, alguma língua para leitura, mas para a comunicação, para escrever, e/ou falar e/ou entender, somos muito frágeis. Basta ir a eventos internacionais, não precisam ser eventos em língua inglesa, basta ser em língua espanhola, vemos muitos brasileiros sofrendo, não somente falar em espanhol, mas em conseguir entender e, portanto, isso é um problema. Se não consigo contar para o meu amigo, para o meu vizinho argentino, o resultado da minha pesquisa, ou saber o resultado de sua pesquisa, como contar isso para o resto do mundo? Disso decorre um problema que é o encastelamento da pesquisa, em humanidades e, particularmente, em Educação, de achar que a Educação se resolve no Brasil. Quer dizer, você não enxerga bons exemplos, não enxerga maus exemplos, não enxerga a história, não enxerga a política, não enxerga as estratégias constituídas em outros lugares, porque você não lê o que os outros escrevem. E nos habituamos com isso, o que é muito ruim. Eu diria, portanto, que o desafio da internacionalização, no sentido mais *lato* do termo, é um desafio bastante grande para a nossa área. A UNIOESTE está implantando a primeira turma de doutorado. O ideal seria que, daqui alguns anos, quando alguém tente cursar o doutorado na UNIOESTE, que já venha em condições de contribuir com o processo de internacionalização. Eu acho que não devemos cobrar isso do candidato a mestrado, mas o candidato a doutorado deveria ter um domínio razoável de língua estrangeira, e mais do que isso, uma cultura internacionalizada, porque mais importante do que a língua é a disposição em querer aprendê-la. Basta observarmos as revisões bibliográficas presentes nas teses e dissertações. Elas são completamente nacionais. A literatura de apoio à teoria não, essa os pesquisadores buscam nos clássicos e em autores internacionais. Porém a revisão bibliográfica sobre o que se está produzindo se restringe ao Brasil, porque não somos capazes de dizer o que está sendo publicado no exterior. O nosso aluno, por exemplo, não vai fazer um levantamento bibliográfico amplo. Ele consulta o *SciELO*, ao invés do *Scopus*; ele consulta o *Educ@*, ao invés do *Redalyc*. Portanto, ele não sabe o que os outros pesquisadores estão falando sobre determinado assunto. Aqui temos desafios complexos e difíceis de enfrentar, porque isso implica em

uma formação maior que a formação linguística. Há outros, mas eu diria que esse, talvez, seja o principal desafio que precisamos enfrentar hoje.

**Entrevistadores:** Atualmente, o papel da universidade e sua relação com a sociedade tem sido objeto de diversas discussões, tanto no âmbito da Universidade, quanto fora dela. Na sua visão, de que maneira a Pós-Graduação em Educação pode aproximar-se mais da sociedade?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Eu diria que é parte de nossa vocação, da nossa missão primeira, porque o objeto que estudamos está muito vinculado a todo arranjo do tecido social. A Educação atravessa a vida de todo mundo, seja pela obrigatoriedade, seja pelo reconhecimento social de que a Educação é importante. Mas como fazer para o que desenvolvemos na Pós-Graduação possa se aproximar da sociedade como um todo, ou da própria Educação Básica? É nesse sentido que a avaliação da Pós-Graduação tem que cobrar dos Programas para que pensem em estratégias de aproximar-se da Educação Básica e de pensar nos impactos sociais. Acredito que temos um conjunto grande de pesquisas que esclarecem, que resolvem problemas, que superam *Fake News*, sobre como e por que os fenômenos educacionais ocorrem. As pessoas dizem, por exemplo: “*professor é muito mal remunerado, professor não ganha nada, professor de educação básica só faz por missão mesmo, porque é a pior profissão do mundo*”. Isso é senso comum. De fato, é uma profissão desgastante, o profissional carrega o emprego junto no fim de semana, ele não para de pensar nos seus alunos e na escola, sabemos o que é isso. Mas será que ser professor é a porta do inferno? Outro dia eu virei para os alunos da Pós-Graduação, uma turma de doutorado, e falei: ser professor hoje na Educação Básica é pior do que há vinte anos? O professor está desvalorizado? Vinte anos atrás era ano de 2000. Era final dos anos 90, talvez o pior período para ser professor na vida, final do Governo de Fernando Henrique Cardoso. De lá para cá, tivemos, além do piso salarial nacional, um processo de valorização da carreira. Existe a política de fundos constituída para a Educação Básica, mas baseado em que dados? A pesquisa pode fazer isso. Ou seja, ela ajuda a desmistificar essa ideia. Esse é um exemplo simples, mas isso poderia servir para a Educação Ambiental, para a Didática, para a Formação de Professores, para a Psicologia da Educação, para qualquer área. Nossa área é um problema porque todo mundo acha que entende de Educação. Não é incomum você ter um Secretário de Educação que não entende nada de Educação. É curioso, às vezes é uma pessoa bem-intencionada, quer fazer o melhor, mas não passa de um curioso. A pesquisa pode ajudar e a Pós-Graduação pode ajudar a desvendar esses fenômenos. Hoje existe uma associação de jornalistas educacionais, chamada “Associação Brasileira de Jornalistas de Educação”. O Fábio Takahashi, da Folha de São Paulo, é o presidente da associação, eles congregam jornalistas dos principais periódicos brasileiros que tematizam a Educação. É um trabalho fantástico que eles fazem de preparar o jornalista para não escrever bobagem, e isso é muito importante. Volta e meia o Fábio me escreve, “*você não tem aí uma pesquisa que eu possa usar na matéria que estou fazendo?*”. Ele quer pôr na Folha de São Paulo, no site do UOL. Normalmente não ligamos para isso, o importante é o meu artigo A1. O artigo A1 é importante, mas é claro que é fundamental a entrevista na página do UOL, você consegue chegar às pessoas aonde o artigo A1 não

chega, você pode falar do perfil da gestão escolar, do resultado da pesquisa para o cidadão comum. Eu diria que aqui tem um papel do Programa de Pós-graduação de inovar os caminhos de contato, seja por meio de criar mecanismos dos mais formais, por meio de convênios com redes municipais, estaduais de Educação, formação continuada, ciclo de debates, seja, talvez, por esses outros mecanismos, que eu diria, menos ortodoxos, as diferentes redes sociais ou contatos com os jornais, etc.

**Entrevistadores:** Nesse momento, está ocorrendo uma mudança paradigmática no processo de avaliação quadrienal dos Programas de Pós-Graduação. Quais são as principais mudanças da nova avaliação?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Tivemos a aprovação, em dezembro de 2018, da nova ficha de avaliação, que modifica o conjunto de quesitos e itens avaliados. A modificação é mais formal e estética do que de conteúdo, porque, no fim das contas, a maior parte dos itens já eram avaliados, ainda que com outro nome. Buscou-se padronizar a ficha de avaliação para todas as áreas e modalidades. Não importa se o Programa de Pós-Graduação avaliado é em Educação ou em Medicina Veterinária. Ele terá a mesma ficha padrão, do ponto de vista de quesitos e itens. Também não importa se é acadêmico ou profissional, é a mesma coisa. São três os itens avaliados agora: 1) Programa; 2) Formação e 3) Impactos na sociedade. A noção de formação é uma mudança que me parece emblemática, quer dizer, a adoção dessa terminologia para um quesito, porque dá centralidade a um dos aspectos mais importantes da Pós-Graduação, que é o de fazer a boa formação de mestres e doutores. A ideia de impactos na sociedade também é muito importante, porque passa a preocupar o sistema de avaliação, com os resultados dos Programas de Pós-Graduação na organização social, na sociedade. O que fazemos aqui e que conseguimos fazer chegar lá fora. Também o que conseguimos fazer chegar no próprio mundo acadêmico, mais o que eu consigo fazer chegar no mercado, na sociedade civil, na política, na cultura do nosso país e do mundo. Eu diria que a nova ficha traz elementos mais objetivos para a avaliação, nessa direção. Também há uma sofisticação técnica do processo avaliativo. A plataforma Sucupira, que é a ferramenta de alimentação de informações do sistema todo, está mais operacional, com poucas falhas, acumulando um conjunto muito grande de informações que nos ajudarão, potencialmente, na avaliação. Agora essa ferramenta tem um efeito contrário que é: temos hoje acumulado muita informação para avaliar, e pouca avaliação com muita informação, ambas são problemáticas. Com poucas informações não se consegue fazer juízo de valor necessário ao processo avaliativo. O excesso de informação pode fazer o avaliador se perder. Por isso, as mudanças constituídas no sistema nos colocam a obrigação de estabelecer critérios avaliativos muito objetivos e transparentes. Por isso, nesse momento inclusive, estamos no processo de elaboração dos critérios para a avaliação de livros autorais. A ideia é construir os critérios avaliativos com a própria área, já fizemos para os periódicos em 2019, e agora pretendemos fazê-lo com os livros. De maneira que o avaliado, que é o Programa, entenda sob que ótica, critérios, indicadores, com que régua está sendo medido ou avaliado. Até para a gente poder selecionar, daquele conjunto grande de informações, as que sejam relevantes para uma avaliação mais adequada.

**Entrevistadores:** O processo de auto avaliação é um dos indicadores de destaque nesse novo processo. De que maneira você acredita que ela afetará os programas na próxima avaliação?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Nesse quadriênio (2017-2020) afetará pouco, porque é um item que tem 3 ou 4 indicadores de avaliação, que deve pesar entre 2 e 2,5% na nota total, ou seja, a auto avaliação não apresentará um peso forte. Entretanto, é fundamental frisar que a auto avaliação é muito importante. Ainda que não tenha um peso significativo nesse ciclo avaliativo, é fundamental que os Programas comecem a desenvolver uma política de auto avaliação, que transcenda ações pontuais. Não tenho dúvidas de que, a partir do próximo quadriênio e do seguinte, a auto avaliação tomará uma proporção muito grande no processo avaliativo. Arriscaria dizer que a avaliação da Pós-Graduação, dentro de uma década, será predominantemente auto avaliação, com pouquíssima avaliação externa, dado o caminho para o qual a Pós-Graduação caminha no mundo. Aquele que quer enxergar longe, deve começar a elaborar políticas de auto avaliação. Política não é só um conjunto de ações, são ações articuladas. Logo, auto avaliação implica uma reflexão do Programa sobre si. Levando em conta o que se propõe, o que pode mudar, os objetivos do Programa que podem mudar de tempos em tempos. Mais do que ser capaz de permitir olhar para dentro do Programa, tem que permitir tirar diretrizes de ações para o que fazer com os problemas que detectamos, é por isso que não pode ser uma ação ou outra, tem que ser um conjunto de políticas.

**Entrevistadores:** Diversos pesquisadores têm criticado o peso do produtivismo acadêmico na definição do conceito atribuído pela CAPES aos Programas de Pós-Graduação. Na nova avaliação, quais são os espaços que os instrumentos Qualis periódico e Qualis livro, ocuparão na definição de conceitos dos PPG's? É possível dizer que o produtivismo acadêmico permanecerá?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Acredito que sim. Entendo essa preocupação que a área tem e eu também carrego. Compartilho dela em alguma proporção. O conceito de produtivismo significa produzir desmedidamente e desvinculado de uma razão de ser do próprio produto. Isto é, eu escrevo para ser lido. Acredito que quem escreve, deve escrever porque quer ser lido. E é muito prazeroso escrever, mas é duplamente prazeroso ser lido. Portanto não é a ideia do produtivismo o problema. É que a produção, o esforço de produção acadêmica, estava sendo medido com uma régua que exigia que cada vez se fizesse mais e mais desmedidamente, sem se preocupar com o que estava fazendo, com a qualidade etc. Agora, uma coisa é o Dermeval Saviani escrever um livro, porque nós não conseguiremos escrever como Dermeval, porque não somos geniais como ele. A questão não é escrever 20, 30 ou 40 produtos, mas sim, que o que seja produzido tenha qualidade. Mas implica em fazer algo, porque do outro lado, todo aquele que faz pesquisa tem que ter um compromisso com a socialização dos resultados. Pesquisa, especialmente na universidade pública, mas não apenas na universidade pública, tem um investimento da nação, das pessoas, os sujeitos que passam ali na frente



que nem sabem o que é uma universidade, estão pagando a gente para trabalhar aqui. É para ele, ainda que não vá ler o meu artigo, o resultado dessa pesquisa. De alguma maneira é um pouco o que discutíamos antes em relação à pesquisa e a sociedade. A Pós-Graduação tem que voltar para a sociedade de alguma maneira. É por isso que escrevemos, é por isso que produzimos. Entendo a crítica ao produtivismo e dela compartilho. Essa nova avaliação tem duas virtudes em relação a isso: a) a primeira, estabelece um teto de produtos intelectuais a serem avaliados por docentes. Quatro produtos, no máximo, por docente no quadriênio. Parece-me razoável, que um professor de Pós-Graduação tenha uma produção média de um produto bibliográfico por ano. Por quê? Porque ele faz pesquisa! É claro que em determinado ano ele pode não ter nenhum, mas no outro poderá ter dois ou mais. Portanto, em média, um por ano parece razoável. Se ele não tem nenhum, em 4 anos, é um problema. Significa que ele não está fazendo pesquisa, ou se está fazendo pesquisa, não está dando publicidade, não está dando divulgação ao resultado da pesquisa. Essa é uma das virtudes desse modelo que constituímos, que é a de ter um teto dos produtos; b) o outro tem a ver com o levantado na própria questão, que é o acirramento do Qualis periódicos e do Qualis livro. O Qualis é uma boa ideia que a CAPES teve lá atrás e que o sistema de avaliação desenvolveu, mas que está chegando no seu limite. O Qualis Periódicos virou uma coisa muito maior e muito deformada, diante daquilo para o qual foi criado. A CAPES recebeu ações judiciais, universidades têm ações judiciais, por causa do Qualis. A ideia de um Qualis referência agora está fortemente articulado a isso. A pessoa vai fazer um concurso público em uma universidade por exemplo, reprova, ou não é aprovada em primeiro lugar porque um artigo dele, que era A1 em uma área, mas ele está pleiteando o concurso em outra área que é B2, e perde a vaga por causa daqueles pontinhos. Ele processa a CAPES. Mas a CAPES só fez o Qualis para avaliar Programas. Mas parou na rede, e é a única ferramenta que se tem, com essa dimensão no país. Portanto, se faz o quê? Todo mundo usa para além dos Programas de Pós-Graduação. Eu diria que hoje está se chegando a um ponto que, primeiro, é possível ser substituído por outros instrumentos avaliativos e, segundo, não está agregando muito mais. O indicador de produção bibliográfica docente, que está associado a essa ideia de produtivismo, teve o peso reduzido na nossa ficha de avaliação, de 24%, no último quadriênio para 13,5% nesse quadriênio. Nesse sentido, o Qualis Periódicos tem a sua importância relativizada e diminuída. Eu já ouvi, da própria diretora de avaliação, mencionando que gostaria de criar um modelo onde o Qualis fosse desnecessário. Eles acham que nesse momento não é possível, mas logo poderá ser. Resta saber que modelo é esse. Isso nos preocupa um pouco, porque o Qualis tem virtudes, tem defeitos, até acho que tem mais virtudes do que defeitos. Veja, os editores de periódicos ficam muito bravos, especialmente quando o resultado não é bom. É curioso que não ficam, não externam a felicidade, quando o resultado é positivo, mas externam a raiva quando o resultado é negativo. Quer dizer, negativo, na verdade não é negativo, é o fato de uma revista ser classificada como B1, por exemplo. Para a revista não quer dizer nada. É claro que para o editor, e eu entendo, pois fui editor, isso pode ser importante. O curioso é que isso não tem consequências para o Programa, pois não se deve publicar na revista do Programa. Você não publica na Revista do seu próprio Programa. Você vai publicar na outra, se você for publicar na revista do seu Programa vai ser ruim para você e para a revista. Você não deve publicar. A gente faz revista para os outros, porque os outros vão fazer para nós, é mais ou menos isso. Temos uma proliferação astronômica de periódicos. Não tenho um

número preciso, mas arriscaria, sem medo de errar, que temos alguma coisa como perto de 20% das revistas acadêmicas em Educação, com citação igual a zero. Significa o seguinte: todo aquele esforço do editor, de passar o final de semana revisando um artigo, cuidando, DOI, e não sei mais o que, para publicar e para ninguém ler. E se alguém leu, não citou. São artigos que têm zero de citação, nem o próprio autor, não citou, pois se tivesse citado, o Google Acadêmico, apesar de ter um erro ou outro, pegaria. Não são poucos os periódicos que o H é igual a zero. O H igual a 1 significa que você tem um artigo naquela revista que foi citado pelo menos uma vez. O H igual a 2, significa que têm dois artigos que receberam pelo menos duas citações, em progressão geométrica, que vai bem até uns 8 ou 9, e a partir daí fica mais difícil. Um H10 significa que têm 10 artigos e que cada um deles recebeu pelo menos 10 citações. A revista brasileira mais citada, com o H mais alto, é a Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, que tem o H 105, o que significa que ela tem 105 artigos que receberam, pelo menos, 105 citações. Para saltar para 106, não basta ter mais um, todos os outros tem que ter pelo menos 106 citações. É aí que se vai tornando difícil. Agora o H igual a zero, significa que todos os artigos publicados, nenhum deles, nunca recebeu nenhuma citação encontrada na *internet* como um todo: não é encontrada em periódicos acadêmicos, não é encontrado em uma dissertação, numa tese qualquer, no Google Acadêmico. Claro, podemos discutir que o algoritmo do Google tem problemas, mas se tem alguém que sabe fazer algoritmo são eles. O Qualis Periódicos é objeto de preocupação dos editores. Porém, apesar de entender sua importância, atualmente apresenta mais problemas do que virtudes. O Qualis livros, tomamos uma decisão, na minha opinião, acertada. Primeiro eu tentei convencer Robert Verhine e Luiz Sousa Junior, nosso coordenador adjunto dos Programas profissionais, mas não consegui convencê-los. Perdi de dois a um na votação. Eu acho que nós tínhamos que tirar os livros dessa conta. Livro é uma coisa muito importante para a nossa área, para dar pontinho para ele. Para mim a avaliação de livro tinha que ser um indicador qualitativo. Não consigo ainda pensar num desenho, mas essa coisa de dar pontinho para livro induz, de um lado, uma indústria editorial, de baixa qualidade, força pessoas a escrever qualquer coisa, não tem crivo, as coletâneas não têm crivo de qualidade, têm umas muito boas, mas a maioria, infelizmente, não bate nesse critério de qualidade, e, portanto, a gente vai acumulando essa produção de livros que nunca vão ser lidos. A decisão que nós tomamos, de aceitar, no máximo um capítulo de livro dentre os quatro produtos bibliográficos, acho que foi acertada, e dar uma pontuação fixa. São 60 pontos por capítulo, sem entrar no mérito. Já que teremos que avaliar livros, avaliar só livros autorais, a partir de critérios que nós estamos criando com a área nesse momento e, com isso, nós também estamos induzindo alguma coisa. Qual o recado que estamos passando para a área? Você quer fazer livro, faça um livro autoral, um bom livro autoral. O livro autoral dá mais trabalho do que fazer um artigo A1, por exemplo. Portanto, de fato, e por isso, eu acho que não deveríamos pontuar, mas já que vamos pontuar, então que seja mais bem pontuado. Onde é que estão os livros autorais? Com os professores de Pós-Graduação na grande maioria. São professores novos que defenderam o doutorado há pouco tempo e converteram a tese em livro. Há pesquisadores, claro, que fazem livros autorais, mas sequencialmente fazendo livros autorais, esses são em menor proporção. Eu diria, que a discussão do produtivismo associada à questão do Qualis, é de fato mais complexa e avalio que, nesse momento, a gente está num caminho interessante, vamos ver o resultado disso no final do quadriênio.

**Entrevistadores:** Com o novo modelo de avaliação para se alcançar conceitos 6 e 7 é necessário, obrigatoriamente, ter desempenho equivalentes aos centros internacionais de excelência? Ou o novo modelo de avaliação permitirá que um programa que não tenha o selo excelência internacional, mas, por outro lado, seja reconhecido por seus impactos locais e regionais, possa receber conceitos 6 e 7?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Não, não pode, para a segunda parte da pergunta. De fato, um Programa seis ou sete, veja, primeiro, todos os Programas são avaliados na régua que vai de 1 a 5. Ele é classificado como: *insuficiente 1; fraco 2; regular 3; bom 4; muito bom 5*; todos são distribuídos nessa régua, primeiro, nessa classificação. Já faz duas rodadas de avaliação na trienal lá em 2013 referente ao período anterior, na quadrienal 2017 referente ao período anterior, não tivemos, na Educação, nenhuma nota 1 e 2, o que é muito bom. Todos ficaram entre 3, 4 e 5, (regular; bom e muito bom). Somente os Programas muito bons (5), é que são reclassificados, podendo se tornar Programas 6 e 7. Ou seja, ele é antes de tudo um Programa nota 5. Isso quer dizer que, no final do período avaliativo, todos os Programas nota 5 passam por um processo de reavaliação a partir de outra régua avaliativa, que é a régua da: *internacionalização, nucleação, produção e solidariedade*. Para ser um Programa nota 5 ele tem que ser muito produtivo e ter boa produção. Mas para ser 6 e 7, ele tem que estar, dentre os que bem produzem, naqueles que melhor produzem ainda. Isto é, tem que estar na ponta da ponta. Portanto, geralmente, o que se faz? Pega-se o bloco dos Programas nota 5 e faz uma reavaliação a partir de critérios, por exemplo, de produtividade. Produção de alto impacto, artigos A1, livros L1, L2, coisas assim, e desses, separa-se o grupo. Vamos supor que tenhamos 40 Programas nota 5, hipoteticamente numa determinada área, na nossa. Vai separar lá uns 15 ou 20, que tem essa produção de mais alto impacto, e esses é que vão ser olhados para classificar para 6 e 7. Levando em consideração o seu potencial de internacionalização e sua capacidade de nucleação, o Programa será, então, um centro de excelência. O que caracteriza um centro de excelência? Ser referência nacional; ser referência, ou estar em um padrão de referência internacional e ter a capacidade de formar outros programas. Não só formar o mestre e o doutor. Qual outro Programa de Pós-Graduação esse Programa formou? Isso é o que a gente chama de capacidade de nucleação. Vou pegar o Programa da UFMG que é nota 7, por exemplo. A UFMG formou: Juiz de Fora, Alfenas e Ouro Preto. Esses Programas de Pós-Graduação são filhotes, são crias, daquele. Por que olhamos para a Universidade de São Paulo como um centro de excelência da Educação Superior do Brasil? Porque ela faz nucleação de tudo e de todos, em todas as áreas do conhecimento, ainda que talvez em uma área ela possa ser um pouco mais frágil. Ao olhar para o conceito 6 e 7, estamos procurando isso. Também estamos procurando, e é decisivo, o elemento da internacionalização. De um lado, de ser um centro equivalente aos centros internacionais e de outro, de ser e de ter a capacidade de atração. Essa é a parte mais complicada, de atração de pesquisadores e de olhares estrangeiros, para não dizer só pesquisadores. Isto é, o que eu faço aqui nesse Programa nota 7, e que é observado por pesquisadores de outros lugares do mundo, as pessoas ficam atentas ao que fazemos aqui? Então eles entram nas páginas do Programa, escrevem procurando contato, vem fazer doutorado sanduiche, pós-doutorado, visitante, missão de pesquisa sênior, ou tem

interesse ou convidam as pessoas para ir para lá. É isso, procuram parcerias, constituem parcerias para coautorias, para rede de pesquisas, convivem. Esses Programas naturalmente convivem com um padrão de produção que é internacional. A inserção local e regional é muito importante. Agora ela potencializará para o Programa chegar a nota 5, mas não dará as condições para um Programa ser centro de excelência internacional. Eventualmente um Programa poderá ter as duas coisas, poderá ser um centro de excelência internacional e, ao mesmo tempo, ter fortíssima inserção regional, uma coisa não impede a outra, mas não poderá ser nota 6 ou 7 se não tiver uma boa internacionalização.

**Entrevistadores:** Para aqueles pesquisadores que têm interesse em submeter uma proposta de curso novo, como você define e diferencia o documento de área, a ficha de avaliação e que recomendações você pode fazer?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Criar um curso novo é diferente de avaliar um curso existente. Por exemplo, no nosso documento de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), pede que uma proposta de um curso novo de doutorado, por exemplo, tem que contar pelo menos, 80% do número de professores do mestrado. Esse não é um critério que será usado na avaliação do Programa depois. Na proposta de doutorado o Programa apresenta 20 professores no mestrado e desses, 16 são apresentados na proposta de doutorado, o que corresponde a 80%, atendendo ao critério de avaliação. É aprovado o doutorado, ele começa a funcionar. Depois, na avaliação quadrienal, esse é um indicador que será cobrado? Não! Ninguém vai olhar para isso. Porque quando nós perguntamos na avaliação do APCN, perguntávamos entre nós avaliadores: *esse Programa se sustenta?* Ao aprovar um curso novo, parte-se do pressuposto que ele tem condições de se sustentar. Não pode ser aprovado para chegar na primeira avaliação e ser descredenciado. Tem que nos dar garantias de que vai funcionar, e esse elemento, esse indicador, é um dos que nos dá essa garantia. Ora, se eu tenho 80% do corpo docente de um mestrado, veja na nossa área, para avançar para o doutorado o mestrado tem que ter nota 4, então pelo menos passou por duas avaliações quadrienais. Teve uma nota 3, depois teve uma nota 4, portanto ele já vem por um ciclo de 6 há 8 anos ou mais. Como Programa ele está existindo, mas está consolidado para um doutorado? Ele tem maturidade? É fácil saber, deixa eu olhar os 80% dos professores deles. Cumprem os critérios da área? Se cumprem, esse é um mestrado mais do que um mestrado nota 4, é um mestrado sólido para um doutorado. Porém, uma vez constituído, essa solidez, a menos que todos os professores fossem demitidos, eventualmente pode acontecer, mas a experiência não mostra que é assim que funciona. Em tese, esse é um indicador para o qual não se precisa ter preocupação em olhar depois. Na avaliação para a APCN, esse talvez seja, tanto para o mestrado, como para o doutorado, o elemento decisivo. A proposta precisa ter capacidade de mostrar que ali tem um grupo organizado e orgânico, com perfil de produção e de formação, em torno de uma proposta acadêmica ou profissional, em Educação, isto é: os professores estudam Educação, pesquisam Educação e vão formar mestres e doutores em Educação. Pode parecer óbvio o que estou dizendo, mas não é. Um número significativo de propostas que chegam todos os anos demonstra algo como “tiro para todos os lados” das áreas do conhecimento. Juntam-se 10 professores de trajetórias muito diferentes, alguns que nunca viram

Educação do ponto de vista do campo de conhecimento, como objeto de pesquisa e são colocados juntos. Por quê? Porque é o que, naquele contexto, é possível! Não dá, não pode ser assim, não se sustenta! Até, eventualmente, poderia se aprovar, caso se só, formalmente, fossem cobradas algumas coisas, mas, depois, não se sustentaria. A chave de uma proposta nova é isso: é mais do que uma junção de pessoas ou de documentos, é um projeto formativo. Quem vai propor um curso novo tem que saber dizer muito bem: o que ele pretende formar, o que espera de seu egresso e o que será agregado em sua formação, que perfil ele tem que ter, isso é determinante. Para a ficha de avaliação atual, e cotejada com o documento de APCN, a CAPES fez uma modificação recente, que é: eles são avaliados, mas não recebem nota. Os mestrados novos, não recebem nota na primeira avaliação quadrienal. Entram no sistema com aquilo que nós chamamos de nota A. O “A” de aprovado. Portanto, serão avaliados, terão um relatório, com parecer do avaliador, mas isso não tem nota, é só no final do outro quadriênio que os mestrados referentes às APCN’s 2017, 2018, 2019 e 2020. Esses todos serão avaliados, mas nenhum deles irá receber nota. Com os doutorados é diferente, porque já veem de Programas que tem nota 4 e, portanto, foram aprovados e estão, novamente, sendo avaliados nesse pacote do mestrado e do doutorado.

**Entrevistadores:** Qual é a diferença conceitual entre Documento de Área e Ficha de Avaliação?

**Ângelo Ricardo de Souza:** O documento de área foi publicado no ano passado, acho que de todas as áreas. Ele é um documento que faz, antes de tudo, um balanço da Pós-Graduação na área, olha para os 3 ou 4 períodos anteriores. Faz um breve balanço das últimas duas trienais e da última quadrienal, olhando um pouco como é o desenho da Pós-Graduação na área do ponto de vista geográfico, do perfil de oferta, da quantidade de oferta. O documento de área vai discutir, além do histórico, de uma avaliação maior da área, vai colocar em pauta temas importantes ou emergentes ou históricos, para a área de avaliação. Nós vamos discutir ali, dentre outros assuntos: a relação acadêmico/profissional; a questão da Educação a distância; a internacionalização; a inserção social; que são temas candentes para a área. Mas esse documento é mais um documento de reflexão para a área. Feito pela coordenação de área para a área. A ficha de avaliação é um instrumento avaliativo. É um documento que têm três quesitos: Programa; Formação e Impacto. Doze itens, cada quesito desses divide-se em três a cinco itens, e cada item desdobra-se num conjunto grande de indicadores. Nós estamos com quarenta e poucos indicadores na área. São esses indicadores que o avaliador vai tomar para analisar as informações da ficha, que tem um elemento matemático. Cada indicador tem um peso, cada item tem um peso, cada quesito tem um peso, a depender do desempenho do Programa num determinado indicador, isso pesará mais ou menos, e vai compor a nota final do Programa.

**Entrevistadores:** Impacto e inserção social, são indicadores expressivos no documento de avaliação atual. Como você os define?

**Ângelo Ricardo de Souza:** A inserção social é a capacidade do Programa de conseguir transpor o seu limite geográfico e organizacional, sair da universidade e chegar à sociedade em um sentido mais amplo. Via de regra, em Educação, pensamos de maneira quase que automática, nas redes de Educação Básica. Inclusive, o nosso público preferencial, especialmente de mestrado são professores da Educação Básica, das redes públicas, mas não apenas das redes públicas. Quando se fala em inserção social nos Programas de Pós-Graduação, imediatamente nos remetem a forte associação com a Educação Básica, mas não precisaria ser. Outras áreas de conhecimento vão olhar para outros lugares da sociedade e nós precisamos fazer o mesmo. A inserção é a capacidade do Programa, como o nome sugere, se inserir e levar para a sociedade os resultados do seu trabalho de pesquisa, mas também, ao mesmo tempo, de ouvir da sociedade demandas, reclames, sugestões etc. Impacto é um elemento que decorre da inserção, o que alterou no contexto social, ou no tecido social ou na vida das pessoas de fato. Deixe-me dar um exemplo: o Programa relata que tem uma inserção forte com a Educação Básica por meio de um convênio, firmado com a Secretaria Municipal de Educação, para a formação continuada de professores, por meio de ciclos de palestras organizados pelos professores do Programa. Isso é inserção. Porém, o que impactou essa inserção? O que resultou? Portanto, impacto implica necessariamente em uma mudança de estado do impactado, da sociedade, da rede de educação básica, qualquer que seja. Este é um elemento ao qual pouco prestamos atenção na nossa área, ou pelo menos não como área. Eventualmente um Programa ou outro fazia, mas, a área nunca se atentou para isso, atentava-se para a inserção, não para o impacto. Não há impacto sem algum grau de inserção. Dominantemente o impacto está vinculado a maior capacidade do Programa se inserir na sociedade. Quanto maior o potencial do programa, maior sua capacidade de inserção. Porém, só o fato de se inserir não garante impacto, pode até se inserir sem trazer novidade, sem trazer inovação, sem trazer criatividade, sem trazer solução de problemas, sem trazer problematizações, às vezes nosso impacto não é resolver problemas, é criar problemas, não é?! Chamar a atenção das pessoas para prestarem atenção em uma questão muito complexa, por exemplo: formar professores mostrando como o machismo e o racismo atravessam nossa vida cotidianamente não é dar uma solução, é dar um problema, por sinal um bom problema. Mas impacta! Disto decorreu o quê? Uma mudança de comportamento, eventualmente.

**Entrevistadores:** Pensando nos programas que estão em processo de consolidação, e os já consolidados, como definir liderança e nucleação? De que maneira pode ocorrer?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Nucleação é a capacidade de um Programa de Pós-Graduação gerar núcleo de pesquisadores. Um Programa que forma outros. Claro que todo o mestre formado é um pesquisador formado, todo o doutor formado é um pesquisador formado. Mais do que isso, eu quero é saber de núcleo de pesquisadores. Veja: eu posso olhar para o Programa de Pós-Graduação da Unicentro e dizer: esse Programa foi nucleado pela UFPR e pela UEPG. Porque a maior parte dos seus doutores foram formados na UFPR, e também na UEPG. Se foi intencional, ou não, se foi programado,

ou não, é outra história. Os Mestrados Interinstitucionais (MINTER), Doutorados Interinstitucionais (DINTER), turmas associadas, convênios, têm um pouco desse papel. O que é um DINTER? É juntar duas instituições, para que aquela que tem o doutorado, forme doutorandos de outra instituição. Com qual objetivo se forma doutor em uma instituição? Ou para a academia ou para o mercado. A UFPR onde eu trabalho tem um DINTER com a Universidade Federal do Acre, para formar doutores em Educação no Acre, para quê? Eles são professores da UFAC. Para nuclear lá um Programa de Pós-Graduação em Educação. Então, lá já tem um Programa de Pós-Graduação em Educação, mas daqui um tempo esses doutores, egressos do doutorado daqui, poderão ser professores, do PPGE da UFAC, que foi nucleado, em alguma proporção, pela UFMG que fez um DINTER primeiro, e agora pela UFPR. A liderança está vinculada a isso. Liderança é a capacidade de nuclear, ou de ser mais solidário, porque também tem elemento de solidariedade, que é você ajudar o outro Programa. Por exemplo: um Programa com mais experiência, com nota mais alta, com mais recurso, ajuda outro Programa que está iniciando. A liderança não é algo dado, é algo que se conquista. Os Programas 6 e 7 têm boa liderança. Tem muitos Programas 5 que têm muito boa liderança, e outros que, apesar da nota 5 não têm liderança. Já alcançaram um nível de qualidade muito bom, mas, ou vão se constituir como lideranças, ou dificilmente alcançarão nota 6. O Programa não chega a 6 se não tiver nucleação e liderança reconhecida. É o Programa ver oportunidades, criar condições, mas tem que desenvolver as ações de nucleação e solidariedade, do contrário não se constitui líder.

## **Qualis/CAPES: balanço, desafios e perspectivas**

**Entrevistadores:** Qual é o balanço que você faz a respeito das mudanças e parâmetros definidos pelo CTC, em dezembro de 2018, a respeito do Qualis (área mãe, estratificação em 8 níveis e etc.)?

**Ângelo Ricardo de Souza:** A CAPES tomou uma decisão em 2018 que eu avalio, no conjunto, como muito positiva. Decidiu criar um conceito que inicialmente chamava de Qualis Único. E mudou para Qualis Referência, porque não é único no sentido que áreas não são obrigadas a adotá-lo. Ele é referência. É a ideia de que as revistas teriam uma única avaliação. Nós tínhamos revistas, por exemplo: a Revista Dados, é uma revista que era avaliada em 46 das 49 áreas. Por ser uma revista super/multitemática, lida com pesquisas com dados quantitativos de qualquer área. Portanto, era citada em 46 das 49 áreas e tinha avaliações que iam de A1 à C. Na época, possuía avaliação nos 8 níveis do extrato. O que era um absurdo, como é que uma revista é A1, é B1 é B2, tudo ao mesmo tempo, dependendo de que lugar você olha. Era complicado! Nesse sentido, a ideia de Qualis Referência acaba com isso. A revista passa a ter uma única avaliação. Para tanto foi criado o conceito de área mãe. A revista deve ser avaliada pela área que mais publica nela, quantitativamente falando. Nós ficamos responsáveis por avaliar as revistas de Educação. Todavia, temos uma área irmã, que é a Área de Ensino, e algumas revistas que não são avaliadas por nós, ficaram para a Área de Ensino avaliar. E isso fez com que algumas revistas fossem sub ou superestimadas na perspectiva do critério avaliativos da

Área da Educação. Por exemplo: a Revista Bolema – Boletim de Educação Matemática. Trata-se de uma revista muito importante na nossa área. Mas foi avaliada pela Área de Ensino, eu suponho, ou pela Área da Matemática. Porque são áreas que publicam mais nessa Revista do que nós e, portanto, coube a eles a avaliação. E o contrário é também verdadeiro. Algumas outras revistas vieram parar nas nossas mãos que, eventualmente, outras áreas também estivessem interessadas em avaliá-las. Nós avaliamos 834 revistas nesse processo, que foram distribuídas em oito níveis de estratificação. Aí também tem uma mudança, antigamente os níveis eram A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, e C. C era uma revista não considerada acadêmica. Agora são quatro níveis A e quatro níveis B. Eram sete níveis, agora passam a ser oito: A1, A2, A3, A4 e B1, B2, B3 e B4. Isso – ainda que possa ter criado certa confusão nesse meio termo, por causa do período avaliativo – é uma mudança que vem para melhor, é mais fácil de se localizar e de se organizar as coisas de maneira mais equilibrada. Eu nunca entendi por que haviam dois níveis A e cinco níveis B, por exemplo. É mais fácil você pensar em quatro e quatro! Portanto, acredito que isso resolve, um pouco, o problema. Agora, temos que entender que, por trás disso, há uma questão muito mais complexa e que vai ter decorrências na sequência. A CAPES tem um projeto interessante. A ideia é: o pesquisador ao elaborar um artigo para ser submetido à avaliação, deveria saber previamente o Qualis de uma revista, antes dela ser avaliada. Como isso é possível? Se eu soubesse o critério de avaliação saberia dizer. Isso foi feito durante essas mudanças, para as áreas vinculadas ao colégio da vida, e o colégio das exatas. Funciona mais ou menos da seguinte forma: As revistas são avaliadas a partir do fator de impacto que elas têm em duas grandes bases. Que são dois grandes repositórios indexadores, que é o *Web of Science* e o *Scopus*. Você quer saber como a revista ficará avaliada, imagina uma revista que não tem Qualis, porque é uma revista estrangeira, nunca foi avaliada, qual o Qualis dela? Basta você entrar no *Scopus* e olhar em qual grupo ela vai estar em sua área, o *Scopus* já classifica por área. Vai lá na Educação, em qual dos grupos do *Scopus* ela vai estar, você divide aquilo em oito frações, e aí você tem A1, A2, A3, A4 e B1, B2, B3 e B4. Está resolvido. Se ela está no octil superior, ela é A1, o segundo octil é A2, é fácil. Ainda que ela não tenha um Qualis, se eu bater o olho no *Scopus* dela, pronto, está resolvido. Isso é fácil quando as revistas estão no *Scopus*. O problema é que as nossas não estão! As nossas revistas, a maioria delas, não está nessa base, nem está no *Web of Science*, então nós temos que ter um outro mecanismo. Isso foi adotado como regra para todas as áreas que compõem as Ciências Exatas e as Ciências da Vida nessa avaliação de Meio Termo em 2019. As 19 áreas do colégio de humanidades não aderiram a esse modelo. Porém, terão que construir um modelo padrão agora, para o final do quadriênio que pode ser esse mesmo, adotado pelas outras áreas. Nós podemos adotá-lo, ou, podemos criar um outro modelo único. O modelo único porque é aplicado nas 19 áreas que compõem o Colégio de Humanidades, e esse modelo, pelo que vem se desenhando, é mais ou menos o seguinte: vai se utilizar o índice H, do Google Acadêmico. Porque esse é um índice universal e democrático. Universal, diferente do *Scopus* que a revista precisa solicitar seu ingresso, e que pode, minimamente, levar dois anos para concluir o processo, isso se tratando de uma revista de boa qualidade. Não basta o editor querer. O Índice H não. O Google calcula, independentemente de a revista querer ter essa conexão. Bastou ela existir, possuir ISSN e ter um artigo que ela publica, pronto, eu consigo rastrear, pelo Google Acadêmico, qual é o número de artigos que tiveram um número X de citações, que é o índice H. O índice H é isso,



trabalhando com a seguinte lógica: a melhor revista é a que tem o maior número de citação. Melhor índice H. Claro, porque, qual é a ideia: uma revista que tenha 10 artigos que receberam pelo menos 10 citações, tende a ser melhor que uma revista que tem 5 artigos com 5 citações. Por quê? Por que a revista foi mais citada e por que isso é melhor? Porque ela conseguiu chegar mais ao leitor. O papel da revista é fazer duas coisas: 1) selecionar, ou seja, escolher trabalhos de qualidade que o leitor deve ler. É por isso que nós temos avaliação por pares; e 2) fazer esse produto chegar ao leitor. Se ela não faz essas duas coisas, ela não é uma revista. Logo, melhor revista é aquela que consegue selecionar bem e consegue fazer chegar ao leitor. A aceitação está diretamente vinculada a isso. Só foi citado porque chegou ao leitor. E só foi citada porque o produto tinha qualidade, porque dialogam com a comunidade científica, isso é o conceito de qualidade. Ainda que ele tenha sido citado para ser escudado, como diz um amigo meu: “*se quer ser muito citado? Fale mal de todo mundo, todo mundo vai responder o teu artigo, ele vai ser super citado*”. Aqui há, portanto, um elemento que é muito importante: as pessoas não olham com o devido vagar para o Índice H, achando que ele é só mais algo do mesmo ramo, é produtivismo. É claro que ele não é suficiente. Cada área terá que definir certa distribuição do índice H por extrato. Por exemplo: para a revista ser A1 em Educação, ela terá que ter um H igual ou superior a X. Para ser A2, é entre X – 1 e Y, para ser a A3, é Y – 1 e Z, e assim por diante. Com isso eu tenho uma classificação *à priori*. Qualquer um consegue calcular o H de uma revista. Qualquer pessoa, basta baixar um programa na internet, *Publish or Perish*, da Harzing<sup>6</sup> e você calcula H por professor se você quiser, por artigo, ou pelo que você quiser. É gratuito. Mas isso não basta, o fato de uma revista ter o índice H, alto ou baixo não pode ser suficiente na Educação ou nas humanidades. Está sendo aprovado nesse modelo a ideia de que possam ser utilizados outros critérios, mais qualitativos, complementares, com a seguinte ideia: 10% do conjunto de revistas que vou avaliar, posso subir dois degraus, ou baixar dois degraus. Uma revista A3 poderia ir para A1, mas isso só posso fazer com 10% do conjunto, e/ou com 20% das revistas eu posso subir um degrau ou baixar um. 10 % eu posso subir dois e baixar dois, com 20% eu posso subir um e baixar um, a partir de critérios que a área terá que definir. O critério do índice H é para todo o mundo. Mas os critérios da área serviriam para essa, vamos dizer, avaliação mais fina, que a gente faria ao final. Essa é a proposta. Com certeza vou estar debruçado sobre isso, não sei se aprova. Mas é o que está na pauta nesse momento. Esse conjunto de arranjos é interessante, só que trará alguma modificação, é possível que alguma revista suba ou alguma revista caia um pouco, mas não acredito que nós vamos ter mudanças drásticas, nenhuma revista A1 vai virar B2, nenhuma B4 vai saltar para A3, em um tiro. Isso não vai acontecer. Já vínhamos fazendo o monitoramento do índice de citação nos períodos anteriores, e encontramos uma forte correlação entre índice de citação H, e o Qualis. Revistas bem avaliadas no Qualis têm H alto. Mal avaliadas no Qualis têm H baixo. Claro que há exceções, revista bem avaliada com H baixo ou o contrário.

---

<sup>6</sup> Ver em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/administracao/uso-do-publish-or-perish-pop-marcia-barleta-jose%20luiz-silva-%20julio-rosa-dias.pdf> Acesso realizado em 15 de março de 2020.

**Entrevistadores:** Não teríamos aqui uma questão de causa e efeito, na qual a revista é citada porque ela tem um Qualis bom e não o contrário?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Pode até ser, mas a questão é a seguinte: você tem um artigo, bem elaborado, e quer que seja lido por muita gente. Você vai mandar para uma revista de pequeno alcance? Vai mandar para uma revista que tenha alta citação. Por que mandar para uma revista que tenha alta citação? Porque você sabe que vai chegar ao leitor. Você quer que chegue ao leitor, vai mandar, no caso brasileiro, para uma revista que está no Scielo. Nós só temos 18 revistas brasileiras em Educação no Scielo. Se quer chegar ao leitor, mas também não precisa ser do Scielo, então manda para o Educ@, são 45 revistas que estão nessa base. Mas se quer apenas publicar, então manda para qualquer outra. E é claro que essa outra, eventualmente vai ter um bom índice de citação. Mas pode não ter. Por exemplo: a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, não está no Scielo, deveria estar. Eu já falei para o João e recentemente para o Romualdo, vocês têm que submeter a RBPAE ao Scielo porque tem um H muito superior a várias revistas que estão no Scielo. Ela é altamente citada porque é uma revista de uma associação, a mais antiga, e depois da ANPED, a maior associação de pesquisadores na Educação no Brasil. A ANPAE foi fundada em 1961. E, portanto, por essa solidez da ANPAE as pessoas leem a revista, citam a revista. A RBPAE tem um índice H igual a 42, isso é raríssimo em revistas que não são A1. Agora, por outro lado, você pode publicar numa revista A2, eu não vou citar o nome, mas tem uma revista A2 que é bem organizada, faz o jogo direitinho, a editora é muito cuidadosa, mas o H dela é igual a 8. É uma revista que ninguém lê. Não estava em repositório nenhum, agora entrou no Educ@, e por isso subiu para A2. Assim, até pode ser que passe a ser mais acessada. É um pouco isso, mas vocês têm razão, tem um processo de círculo vicioso e virtuoso ao mesmo tempo. De um lado você prejudica aqueles que já estão na base, e beneficia aqueles que estão acima. É assim!

**Entrevistadores:** No caso dos Programas que possuem revistas, o Qualis dessas revistas interfere no conceito obtido por tais Programas?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Nem um pouco! Ao contrário, ele pode interferir negativamente. Se você publica muito na revista do próprio Programa, ou da faculdade, da universidade, isso prejudica o Programa. Aconteceu um caso desses na Educação no quadriênio passado: uma revista mais ou menos bem avaliada, salvo engano era A2 na época, mas publicava muitos artigos, ao mesmo tempo, ela publicava artigos de todos os professores do Programa. E não era um Programa muito grande, era um Programa com 20 professores, são 20 artigos, mas ela publicava 100 artigos no ano. Um quinto dos artigos tem sido do próprio Programa. Continuava sendo bem avaliada, mas publicava artigo de todos os professores, e a alta produção dos professores era aquela, e só aquela, na revista A2 do próprio Programa. Quando a coordenação de área percebeu isso, identificou que havia um jogo explícito. Esse é um processo fácil de identificar. Basta pegar o ISSN da revista publicada pelo Programa ou pela

faculdade e cruzar na base de dados, e dizer, olha, limpe, tire todos os artigos com esse ISSN. Naquele caso não sobrou nada! O Programa que era nota 5, fez pontuação para nota 3 naquele indicador e, portanto, caiu para 4. Eles recorreram. Apresentaram recurso e ganharam. Mas, ganharam porque esse indicador pesava só 5% dentro do item produção bibliográfica. Vejam, lá atrás, ainda até a última trienal, tinha um indicador que perguntava assim: o Programa tem estratégia de divulgação do conhecimento? Tipo revistas etc.? Era bom o Programa ter uma revista para divulgar o conhecimento produzido por ele, mas isso no tempo pré-internet, haviam poucas revistas, não havia essa preocupação de endogenia. Com o passar do tempo isso se mostrou absolutamente inadequado. Ter ou não ter revista, independente do Qualis dela, não interfere na nota do Programa, a menos que o Programa publique muito na sua própria revista, aí vai interferir negativamente.

**Entrevistadores:** O que seria “periódicos predatórios” e como enfrentar essa questão?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Periódico predatório é aquele que sai caçando o autor, e cobra a produção. A grande maioria dos periódicos predatórios são gratuitos para o leitor, mas cobram do autor. No Brasil, crédito acadêmico é gratuito nas duas pontas, normalmente, você não paga para publicar, o leitor não paga para ler, então quem paga a manutenção dele? As universidades, as agências de fomento. Revista é um problema para nós, e por isso nossas revistas são muito amadoras. Fora do país, especialmente nos países do Norte, a revista é *Business*, ela é tanto negócio para quem publica, para o autor, quanto para a editora, e, via de regra, as grandes editoras, as grandes revistas, cobram taxas altas do autor, porque elas pagam, por exemplo, para cada parecer que eu dou. Aqui não, a gente faz duzentos em um mês e não recebe nenhum tostão, recebe uma declaração. Mas faz porque entende que é importante fazer. Lá não, eles pagam, só que normalmente cobram do autor, é o autor que paga esse dinheiro. Feito isso, dado o fato que eles cobram do autor, o autor é cobrado seja para dar o lucro para a editora, seja para custear o processo, e algumas dessas, cobram do leitor também. Cobram caro, cobram por artigo até. Essas são boas revistas, são revistas caras, mas são muito boas. As predatórias normalmente não são assim, elas são gratuitas para o leitor, porque elas precisam aumentar o índice de citação. Elas têm que aumentar o fator de impacto, então elas não podem deixar de ser citadas, elas têm que ser lidas, o que atrai o autor é o fator de impacto, então, para o autor vir a publicar com ela, tem que garantir que tem um fator de impacto, então publicam e divulgam para todo o mundo e não cobram nada para ler. As predatórias, vão variar de U\$ 300 a U\$ 1000 o artigo. Com a garantia de que você pagou está publicado, então não tem avaliação por pares, são caças níqueis, você paga e eles publicam. Essas, quando identificadas, são rebaixadas para C ou para B4. Nem sempre é identificável, às vezes demora um pouco.

**Entrevistadores:** Em 2018 você defendeu<sup>7</sup> que era necessário construir um indicador, (provisoriamente chamado de Índice para o Qualis em Educação - IQE) que contivesse, pelo menos, quatro critérios: a) atualização/periodicidade; b) origem e distribuição geográfica dos autores; c) internacionalização; e d) fator de impacto. Com a recente mudança no Qualis, você ainda defende essa metodologia de mensuração das revistas da Área de Educação?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Defendo. Para mim o principal é o seguinte: revista A1 ou o conceito de revista A1, não deve existir *a priori*. A1 são as melhores de um conjunto de revistas, o melhor possível que a gente conseguiu fazer. Assim como B4, são revistas acadêmicas, sérias, mas são as menos boas, vamos assim dizer, para não chamar de piores, que conseguimos fazer dentro de um conjunto de revistas. Agora como é que se classifica o que é melhor? Isso implica numa classificação, a base dessa metodologia está numa classificação, um ranqueamento, de todas as revistas, eu teria que colocar, a partir de uma régua como essa, a que melhor desempenha, a segunda, a terceira, até a última, que é a 874, por exemplo. O que é A1? É 7% do topo. O que que é A2? Dos 7,1 ao 14%, qualquer coisa assim. Portanto, isso implica em certa mobilidade, porque está havendo uma outra avaliação, uma que desempenha um melhor modelo que pode substituir e ocupar o lugar da seguinte. O problema é que nós, historicamente, trabalhamos com a ideia de que A1 é um conceito *a priori*. Isso traz uma ilusão para a área: Se todo mundo cumprir o critério de A1, todo mundo vai ser A1? Não! A CAPES não permite. Metade da metade pode ser A, e o número de A1 deve ser inferior ao de A2, ou seja, a regra do Qualis é: não mais que a metade pode ser, agora, A4 para cima. Desse 50%, metade, no máximo, pode ser A1 e A2, e A1 tem que ser, necessariamente, menor que A2. Portanto, a A1 poderia ser no máximo, 12,4%, do conjunto. Todo mundo cumpriu o critério de A1, será A1? Não! Vai chegar em um certo momento que deu 12,4%, “*desculpa, mas você vai ficar para baixo no critério*”, mas baseado em que critério? Não tem! Porque nós não temos essa classificação, nunca fizemos essa classificação, acredito que poderíamos fazê-la. Há um componente que, à época, não tínhamos pensado, mas que ainda me preocupa, que é o número de artigos. Sempre pensamos a avaliação de revistas levando em conta o número de revistas, mas o número de revista engana, porque há muitas revistas que vieram para a base, daquelas 800 e tantas avaliadas, com apenas um único artigo que foi citado. A revista pode ter mais de um artigo, mas só foi citado uma única vez nos relatórios. Ela apareceu uma única vez, porque só teve um artigo de um professor de Pós-Graduação lá. Tem uma revista que chama “Chão de Escola”. É do sindicato de professores de Curitiba, avaliada no Qualis como C. Ela ficou como C, porque algum professor de Pós-Graduação publicou, colocou noattes, e foi para o Sucupira e veio para ser avaliada, tem uma única entrada, ela não pode entrar na conta de quantos por cento tem que ser A1 ou A2, o que importa é o número de artigos que elas publicam. Hoje temos menos de 14% de revistas A1 e A2, mas mais de 33% dos artigos são A1 e A2 na área, porque

---

<sup>7</sup> SOUZA, Ângelo Ricardo; SOUZA, Gisele de; BRUEL, Ana Lorena; FERRAZ, Marco Alexandre. Qualis: a construção de um indicador para os periódicos na área da Educação. *Revista Práxis Educativa*. Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 219-231, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/11775/209209209756> Acesso em: 18 fev. 2020.

são revistas que publicam muitos artigos. Se levarmos em conta só o número de revistas não vai mais conseguir discriminar. Vai ter muita revista A1 e A2, e se todo mundo tem A1 e A2, qual o sentido dessa avaliação? Ela tem que ter a capacidade de discriminar, de separar, de diferenciar, se todo mundo é A1, logo ninguém é. Portanto, não consigo discriminar. Não acho que o Qualis, ou que essa classificação deva ser a coisa mais importante da avaliação, pelo contrário, acho que há muitos outros aspectos que devem ser considerados, mas, no caso de fazer um Qualis, acho que essa seria uma estratégia interessante eu apresentei isso na CAPES, foi elogiada a ideia, mas as pessoas acharam que, no momento, não seria possível.

**Entrevistadores:** Quais são os desafios necessários para que a produção bibliográfica da Área de Educação ocupe mais espaço na internacionalização?

**Ângelo Ricardo de Souza:** Esse é um ponto muito importante. Primeiro temos que construir uma cultura de contarmos para o mundo o que a gente escreve. Agora para dialogar com a produção internacional precisamos ler a produção internacional. Mais do que escrever, antes, temos que lê-la. Isso significa o seguinte: eu estou fazendo um artigo sobre: “o conselho de escola”, a participação de pais dos alunos nos conselhos de escola, estudando casos comparados de quatro municípios diferentes. Durante essa pesquisa preciso fazer uma revisão bibliográfica internacional, mais do que olhar o que a produção nacional fala sobre conselhos de escola, conviria olhar o que a literatura norte americana fala sobre os *school boards*, o que a literatura Chilena fala sobre os *Conselhos Escolares*, o que a literatura portenha etc. Em Buenos Aires-Argentina, por exemplo, tem uma política de conselhos escolares muito forte, mas o que eles têm dito sobre o tema? E trazer esses estudos, durante a minha pesquisa, para que, quando vou fazer o artigo, esta parte, tanto na análise, como antes ainda, na parte da revisão bibliográfica do artigo, esteja contemplado. Isso facilita o diálogo de conteúdo. Agora há, também, a parte da forma, para fazer com que a produção bibliográfica ocupe mais espaço internacional preciso preparar o meu artigo, obviamente para os periódicos internacionais, e isso implica em uma boa tradução, por óbvio. Mas é mais do que uma tradução, técnica ou acadêmica, para a língua inglesa, ou com a língua espanhola, ou para a língua que for. Preparar significa escolher o periódico adequado, dialogar com o formato, não apenas com as normas que as revistas fornecem para os autores. É a familiarização com modelos de citação, com modelo de referência bibliográfica, com a ideia do que significa um artigo. Por exemplo, estou organizando um dossiê sobre a gestão da Educação obrigatória na Ibero América. Em uma revista da Universidade do Arizona, “Arquivos Analíticos de Política Educacional”. Recebemos contribuições de autores de toda a Ibero América, uns nove países. É muito curioso observar que, para além do conteúdo, como há diferença de forma, por exemplo: veio um artigo de uma espanhola, que tem: apresentação; introdução; materiais e métodos; discussão e conclusão. Esses são os itens do ponto de vista formal. A revista do dossiê que estou organizando não cobra, não tem um modelo para isso, já em outros artigos de autores brasileiros, vai ter: introdução; o título dos tópicos intermediários e conclusões. É um outro formato. Aí vem um outro de um argentino famosíssimo por sinal, Mariano Narodovsky. Esse artigo do Mariano, tem, sei lá, 12 ou 13 páginas e

umas 6 de anexos, porque tem a ver com uma outra perspectiva formal do que significa fazer um artigo. O que eu quero dizer com isso é que, preparar um artigo para publicar no exterior, implica em conhecer a cultura de publicação, ou, pelo menos, do periódico, ou do país em questão. Do contrário, você não vai ser aprovado e se for aprovado não vai ser lido. Não adiantou nada. Porque o sentido de escrever para uma revista em inglês, para uma revista estrangeira que publica em inglês, é ter garantia que os leitores da revista consigam ler, entender, gostar e citar. Gostar de dialogar no sentido acadêmico, com aquilo que você produziu. Tem um elemento cultural que nem mestrandos e doutorandos e nem professores dos nossos Programas estão, na sua maioria, familiarizados. Nós temos pessoas já familiarizadas, felizmente tem-se ampliado o número, mas acredito que nós ainda estamos há anos de conseguir universalizar uma formação acadêmica dos mestrandos e doutorandos e, especialmente, dos professores, para convergir suas publicações com alta aceitação no exterior. Para finalizar, algumas universidades têm constituído políticas de apoio a esse tipo de publicação e são Programas interessantes. A universidade na qual trabalho, criou um sistema chamado CAPA – Coordenadoria de Apoio à Publicação Acadêmica. Eles dão toda a estrutura de apoio para publicar no exterior. São editais internos, que vão oferecer tradução para a língua estrangeira, da adequação à forma, da revisão terminológica do ponto de vista para além da tradução técnica, a tradução técnica eu digo, a tradução linguística, a tradução técnica, ao apoio de submissão. É um trabalho muito legal. É claro que isso é tarefa do pesquisador. Um colega diverge dessa concepção, acha que: “*a universidade teria que dar apoio e a minha tarefa é fazer a pesquisa e escrever o artigo*”. Acho que é tarefa do pesquisador fazer chegar o seu produto ao leitor. Mas com um apoio desses facilita. As universidades poderiam institucionalmente criar condições para os pesquisadores, tanto que, o documento de internacionalização da CAPES, recém aprovado para a avaliação da internacionalização, vai cobrar quatro dimensões: pesquisa; mobilidade; produção intelectual e apoio institucional. Isto é, deveremos avaliar um Programa de Pós-Graduação em relação à internacionalização, levando em conta o que a universidade oferece de apoio à internacionalização dela também. É mais do que um esforço do Coordenador do Programa, ou dos professores. Qual é o esforço da universidade em fazer com que esse grupo, esse Programa se internacionalize? Políticas como essa, do CAPA, que mencionei, fortemente contribuem para tal.

*Recebido em: 23/04/2020*

*Aceito em: 23/06/2020*